

Revista de Direito do Terceiro Setor - RDTS, ISSN 1981-2493

Missão e objetivos

A *Revista de Direito do Terceiro Setor - RDTS* tem por missão veicular a produção de conhecimento interdisciplinar na área de direito do terceiro setor. Trata-se de uma revista acadêmica que objetiva, por meio da publicação de pesquisas com abordagens metodológicas variadas sobre o direito do terceiro setor, contribuir para uma maior abertura da academia jurídica a diversas disciplinas que se debruçam sobre o tema.

Há, por detrás deste projeto, o objetivo de produzir conhecimento de ponta numa área que até pouco tempo atrás não possuía tratamento acadêmico adequado, mas que possui grande relevância para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas que regem a estrutura, organização e funcionamento das organizações do terceiro setor.

Público alvo

O público alvo da Revista são professores, pesquisadores, alunos de pós-graduação e profissionais que desenvolvam trabalhos científicos na área de direito ou em áreas que se relacionem com o direito do terceiro setor, tais como administração pública, gestão social, contabilidade, economia, ciência política, dentre outras.

Linha editorial

A Revista aceita trabalhos de diferentes disciplinas e perspectivas metodológicas, desde que se enquadrem em sua linha editorial, que tem o foco na pesquisa empírica, teórica e dogmática em direito do terceiro setor.

A adaptação à linha editorial é avaliada pela possibilidade de enquadrar a submissão num dos três eixos de interesse da Revista: i) resultados de pesquisas empíricas que se debruçam sobre a avaliação e aperfeiçoamento das instituições jurídicas do terceiro setor; ii) reflexões teóricas sobre o terceiro setor e o direito que o rege; e iii) estudos dogmáticos que contribuam para o aperfeiçoamento da prática jurídica na área de terceiro setor.

A Revista prevê a possibilidade de organizar, a critério dos editores, números temáticos especiais em que as submissões terão também de se enquadrar ao tema proposto.

Documentos aceitos

São aceitos para publicação artigos, traduções e resenhas. Os artigos devem ser inéditos em língua portuguesa. A publicação de traduções e resenhas fica a critério dos editores.

Normas de submissão

Para a submissão de trabalhos, o autor deve enviar o artigo para o *e-mail* <conselhorevistas@editoraforum.com.br>.

Os textos podem ser enviados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola e serão publicados na língua original. Quando em português, o trabalho deve seguir as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Os trabalhos devem ter entre 20 e 30 laudas e ser formatados no seguinte padrão: folha A4; margens superior, inferior, direita e esquerda 2 cm; fonte *times new roman* 12; espaçamento entre linhas de 1.5; alinhamento justificado. Trabalhos cujo tamanho foge ao especificado poderão ser aceitos em caráter excepcional, a critério dos editores, em virtude da qualidade da contribuição.

Os trabalhos devem ser estruturados conforme o seguinte padrão:

1. Nenhuma forma de identificação do(s) autor(es) deve estar presente no texto. Não deve haver identificação dos autores no corpo do arquivo nem na opção “propriedades” do Word.
2. Folha de rosto com título, resumo e palavras-chave na língua original;
3. Segunda página com título (*title*), resumo (*abstract*) e palavras-chave (*keywords*) em inglês (salvo se a língua original for inglês);
4. Os resumos devem conter de 100 a 250 palavras cada;
5. As palavras-chave devem ser no máximo 5;
6. A primeira página do artigo deve conter um sumário numerado (ex: 1. *Introdução*. 2. *A pesquisa empírica em duas vertentes*. 2.1. *A pesquisa empírica qualitativa*. 2.2. *A pesquisa empírica quantitativa*. 3. *A pesquisa empírica em direito*. 3.1. *A conjuntura do incentivo à pesquisa em direito*. 3.2. *Variiedades da pesquisa empírica em direito*. 4. *Conclusão*. 5. *Referências*).
7. Corpo do texto
8. Referências

Os autores deverão ainda submeter separadamente ao artigo, em documento único, em format *word*, as seguintes informações:

1. Nome completo de todos os autores;
2. Mini-currículo, que contenha de forma resumida a formação acadêmica e a vinculação profissional;
3. Endereço residencial ou profissional para onde desejam receber o exemplar de cortesia, caso venham a ter seus artigos publicados na revista;
4. CPF de todos os autores, para fins de emissão de nota fiscal do exemplar de cortesia;

As informações pessoais submetidas em separado do artigo garantirão assim a avaliação cega por pares (*blind peer review*).

Instruções para citação no artigo

As citações feitas no corpo do texto devem seguir o formato “autor, ano, página”. Citações literais com mais de três linhas deverão conter recuo de 4 cm e espaçamento entre linhas simples, fonte tamanho 10, sem aspas e sem itálico. As notas devem ser limitadas ao mínimo necessário.

Recomenda-se limitar as notas de rodapé ao mínimo necessário.

1. Exemplos de citação de livro (ABNT) no final do texto:

Tocqueville, A. (1987). *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia.

Silber, Norman I. (2001). *A Corporate of Freedom: the emergence of the nonprofit sector*. Colorado: Westview Press.

2. Exemplo de citação de capítulo de livro:

Robbins, K. C. (2006). The Nonprofit Sector in Historical Perspective: traditions of philanthropy in the west. *In: Walter W. Powell, R. Steinberg (Eds.). The Non-Profit Sector: a research handbook*. 2. ed. (pp. 13-31). New Haven: Yale University Press.

3. Exemplo de citação de artigo:

NAJAM, A. (2000). The Four-C`s of Third Sector-Government Relations: Cooperation, Confrontation, Complementarity and Co-optation, *Nonprofit Management and Leadership*, 1(4), 77-110.

4. Não há cobranças aos autores pelas publicações.

Processo de Avaliação pelos Pares

A avaliação dos artigos será feita inicialmente pelo Comitê Editorial da Revista, que aferirá tanto a adequação formal do trabalho às normas de submissão quanto a sua pertinência para a linha editorial. Após essa primeira etapa eliminatória, os artigos são remetidos para (ao menos) dois avaliadores anônimos que analisam o conteúdo e a qualidade do trabalho, sem conhecimento de sua autoria. Uma vez emitidos os pareceres desses dois avaliadores, os editores decidem pela aprovação direta, aprovação condicionada a modificações ou recusa do artigo. Essa decisão se baseia tanto no julgamento de mérito feito pelos pareceristas quanto no julgamento de mérito e de conveniência para a revista feito pelos editores.

Os autores dos trabalhos não aprovados podem ressubmetê-lo a uma nova avaliação desde que tenham retrabalhado o artigo em função das críticas recebidas.

Todos os avaliadores são professores e/ou pesquisadores com reconhecida experiência em pesquisa que aborde algum aspecto do direito do terceiro setor. Os avaliadores são recrutados tanto por convite do Comitê Editorial quanto por chamadas abertas de recrutamento.

A Revista se esforça para dar uma resposta a todas as submissões num prazo de 4 (quatro) meses. Os pareceristas dispõem de um mês para emitir sua avaliação. No entanto, em virtude tanto da dificuldade eventual de se encontrar pareceristas quanto dos atrasos em que estes podem incorrer, esse prazo não pode ser garantido.